

## **TERRITÓRIO, MODO DE VIDA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM SOCIEDADES TRADICIONAIS BRASILEIRAS**

**Júlio César Suzuki<sup>1</sup>**

Professor Doutor da Universidade de São Paulo / DG - USP  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária 05508-900, São Paulo/SP - Brasil.  
jcsuzuki@usp.br

Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013

**RESUMO** - As sociedades tradicionais no Brasil são bastante diversas, compondo-se, de um lado, de indígenas e, de outro, de não-indígenas: açorianos, babaqueiros, caboclos, ribeirinhos, caiçaras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos e varjeiros. Assim, neste contexto de diversidade social, pretendemos discutir a relação existente entre território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais não-indígenas no Brasil.

**Palavras-chave:** território, modo de vida, patrimônio, sociedade tradicional.

**ABSTRACT** - Traditional societies in Brazil are several outer, and is composed, on the one hand, the indigenous and, the other, non-indigenous: Azorean, babaqueiros, “caboclos”, riparian, “caiçaras”, “campeiros”, “jangadeiros”, “pantaneiros”, fishermen, “praieiros”, “quilombolas”, “sertanejos” and “varjeiros”. Thus, in this context of social diversity, we intend to discuss the relationship between territory, way of life and cultural patrimony in traditional societies non-indigenous in Brazil.

**Keywords:** territory, way of life, patrimony, traditional society.

<sup>1</sup> *Professor doutor, junto ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH/USP, com graduação em Geografia (UFMT) e em Letras (UFPR) e mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP).*

As sociedades tradicionais no Brasil são extremamente diversas. De um lado, são compostas pelos indígenas e, de outro, por açorianos, babaçueiros, caboclos, ribeirinhos, caiçaras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos e varjeiros (Diegues & Arruda, 2001).

Neste contexto de diversidade social, pretendemos discutir a relação existente entre território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais não-indígenas no Brasil. Segundo Antonio Carlos Diegues (2008), as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam por uma imbricada relação com a natureza, além de incipiente inserção mercantil, transmissão oral dos seus saberes, ocupação do território por várias gerações etc.

*As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:*

*a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;*

*b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade;*

*c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;*

*d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;*

- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;*
- f) reduzida acumulação de capital;*
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;*
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativas;*
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;*
- j) fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;*
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (Diegues, 2008: 89-90).*

A longa lista sintetizada por Antonio Carlos Diegues (2008) nos ajuda a compreender o significado que a natureza possui na definição das sociedades tradicionais, já que a reprodução social dos grupos se dá com base nos recursos naturais. Ousamos, inclusive, apontar que a diversidade existente de sociedades tradicionais se produz a partir de sensíveis e expressivos vínculos estabelecidos

entre sociedade e natureza; não como uma determinação monocausal, em que um tipo de natureza defina a sociedade, mas como uma das múltiplas determinações, em que pese seu significado marcante. Razão pela qual há, em biomas semelhantes, sociedades tradicionais de mesmo tipo; bem como existe a possibilidade de uma mesma sociedade tradicional ocorrer em biomas distintos, pois não há uma única determinação, a da natureza, mas múltiplas, em que a história social do grupo interfere, de modo, também, contundente, na definição de suas características e do seu modo de vida.

No entanto, em relação à lista sintetizada por Diegues (2008), cabe, ainda, lembrar o quanto representa uma leitura idílica, romântica, das sociedades tradicionais, ao valorizar uma distância social muito larga em relação à sociedade urbano-industrial, em que, radicalizando, as sociedades tradicionais estariam apartadas da sociedade nacional, por mais que, para as sociedades indígenas, integrantes das sociedades tradicionais, está leitura caiba em grande medida, já que as mediações com o mundo estão fundadas em lógicas e racionalidades muito distantes das que permeiam a sociedade nacional, em que pesem as cosmogonias presentes nas sociedades indígenas tão distante das representações sociais que permeiam a sociedade nacional.

As sociedades tradicionais não estão apartadas da sociedade urbano-industrial, com vínculos marcados, apenas, pela “produção de mercadorias [que] possa estar mais ou menos desenvolvida” (Diegues, 2008: 89). Elas estão, sim, cada vez mais, mediadas pelo mundo urbano e da mercadoria, por influências que chegam aos seus moradores por rádio, televisão, internet, escola, igreja, dentre vários outros meios.

Assim, as dimensões sociais em que se encontram as sociedades tradicionais se fundamentam em dois vértices importantes: o *distanciamento* e a *aproximação*. *Distanciamento* porque não são possuem modos de vida iguais

aos da sociedade urbano-industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida, a reprodução material e imaterial dos grupos; *aproximação* porque o mundo da sociedade urbano-industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais, pois influencia, cada vez mais, a maneira como os sujeitos se veem no mundo e veem o mundo, bem como se realizam como sujeitos, o que incorpora a definição de projetos, sonhos, anseios, receios.

São estas duas dimensões, a do *distanciamento* e a da *aproximação*, que nos conduzem a negar a permanência de uma leitura dualista entre o moderno, o da sociedade urbano-industrial, e o tradicional, o das sociedades tradicionais, pois o que temos, de forma geral, é a presença do moderno em níveis distintos, inserido em temporalidades históricas diversas, como a do caiçara, do caboclo, do ribeirinho, do quilombola, do jangadeiro, do pescador etc. É o imbricamento do tradicional com o moderno que se vê, por exemplo, na fotografia 1, retirada no Quilombo da Poça (localizado junto ao limite dos municípios de Eldorado e Jacupiranga, no estado de São Paulo, no Vale do Rio Ribeira de Iguape), na qual visualizamos uma moradia (ao centro da imagem), construída com materiais oriundos da indústria, distantes dos utilizados nas edificações rústicas da região do Vale do Ribeira, presentes no campo até meados do século XX, como a palha e o barro, com a presença de antenas parabólicas (na parte inferior da imagem em primeiro plano).

Mesmo o mundo da cidade ou da metrópole não possui temporalidades históricas uniformes, sendo que uma de suas marcas mais contundentes é, exatamente, a variedade de sujeitos que vivem mediações extremamente distintas, apropriando-se do mundo com instrumentos e representações completamente diferentes; compreensão que dialoga com a interpretação de Marcos Aurélio Saquet, tomando como referência Milton Santos, ao afirmar: “Como o tempo



*Foto 1 - Residência quilombola de Poça*

mais rápido não abrange a sociedade em todo o seu conjunto ao mesmo tempo, há ritmos e heterogeneidade, ou seja, temporalidades no tempo e no espaço” (Saquet, 2011: 58).

A existência de temporalidades distintas, presentes em aglomerações urbanas, já tinha sido possível ser identificada em pesquisa acerca da urbanização de Rondonópolis (MT), quando salientamos a distinção entre temporalidade e tempo cronológico:

*A temporalidade ou tempo histórico se identifica com o tempo da experiência, ou seja, é marcada pela subjetividade. Por outro lado, o tempo cronológico é identificado com o tempo do relógio, portanto abstrato. (Suzuki, 1997: 68).*

As temporalidades, então, se revelam como mediação com extrema potência para distinguirmos as dimensões em que se colocam os sujeitos sociais e que os definem, sobretudo porque permitem a construção de matrizes de racionalidade próprias a cada grupo social, com sistemas conceituais e compartimentação do real particulares ao mundo em que se insere.

As temporalidades históricas mediam, também, o modo de vida das sociedades tradicionais.

Conforme já afirmáramos, em nossa Dissertação de Mestrado, compreendemos o modo de vida a partir do imbricado vínculo existente, conforme já nos apontara Henri Lefebvre (1986), entre percebido, concebido e vivido: “O modo de vida se define pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço” (Suzuki, 1996: 179).

Para Marques (1994: 3-4), o modo de vida corresponde a “um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social”, correspondendo “à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida”.

Assim, poderíamos redefinir modo de vida pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida.

O modo de vida se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza.

Nesta perspectiva de leitura das territorialidades e do território, como resultado e condição da reprodução das relações sociais, coadunamos com a discussão de Marcos Aurélio Saquet ao afirmar que:

*O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. A (i)materialidade está tanto no resultado-produto como na condição-devir.*

*As territorialidades (econômicas, políticas e culturais) são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, na sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo.*

*As forças sociais efetivam o território no e com o espaço geo-*



*gráfico, centrado nas territorialidades e temporalidades dos indivíduos e emanado delas, condicionando e sendo diretamente determinado por nossa vida cotidiana. Historicamente, formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão formas e conteúdos significados multidimensionais aos territórios. (Saquet, 2011: 26-7).*

Territórios e territorialidades produzidos, em constante luta, pelos sujeitos das sociedades tradicionais, já que é no confronto que se mantêm nos espaços consuetudinários, conquistando-os e reconquistando-os todos os dias, sobretudo porque é onde gerações de ancestrais forjaram a cultura que os define, tecendo marcas fundamentais de seu modo de vida, com saberes próprios e vínculos sociais particulares.

Saberes que permitem o cultivo de alimentos, a criação de animais, a construção de moradias, a confecção de instrumentos de trabalho e de diversão; o que resulta em acúmulos culturais em que se imbricam as dimensões materiais e imateriais.

A roça, a moradia, a canoa, a viola, o curral, as panelas de barro etc. são resultado físico (material) de um saber (imaterial), também, presente na elaboração de ritos e crenças, tanto aqueles de cunho religioso, como a do catolicismo rústico; quanto àqueles vinculados à natureza, como as lendas brasileiras do boitatá e da mula-sem-cabeça; em que pese o quanto de tradições pagãs foi incorporado por várias religiões cristãs e não-cristãs, como podemos

citar a incorporação das festas juninas, vinculadas ao deus Baco, ao culto de santos católicos: Santo Antônio, São João e São Pedro.

Entre os caiçaras, o fandango, ainda hoje, marca o seu modo de vida. Se anteriormente, era frequente a sua presença nas comemorações que finalizavam o mutirão, atualmente, ainda, está nas festas nos bairros rurais, nas pequenas aglomerações urbanas, no litoral do Vale do Ribeira de Iguape.

Os utensílios de fabricação dos instrumentos musicais do fandango podem ser visualizados na fotografia 2, retirada no museu particular do Sr. Paulinho, compositor e intérprete de músicas do fandango.

Os saberes que permeiam o modo de vida das sociedades tradicionais, fundamentando territorialidades oriundas da apropriação, em processo de



*Foto 2 - Utensílios de fabricação de instrumentos musicais do fandango*

territorialização e produção de território, constituem-se em patrimônio cultural imaterial.

*La noción del patrimonio inmaterial coincide con la de la propia cultura, entendida esta como el conjunto de los rasgos distintos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos, que caracterizan a una sociedad o grupo social. Más allá de las artes y las letras, abarca los modos de vida, los sistemas de valores del ser humano y su ejercitación, las tradiciones y las creencias [...]. (Medina Pérez, Santamarina Guerra & Salinas Chávez, 2010: 92).*

Assim, o patrimônio cultural das sociedades tradicionais, em muitos casos fragmentado pelas inúmeras perdas que o grupo social vivenciou, requer cuidados por parte do Estado, tendo em vista que tais grupos vivem situação de subalternidade social que não lhes permite, na grande maioria das ocasiões, reproduzir suas relações sociais, seu modo de vida e sua cultura. Para Felícia Assmar Maia,

*Pode-se conceituar cultura como as diferentes maneiras de viver de um povo, transmitidas de geração a geração recebidas por tradição. O modo de falar, as crenças, o saber e o artesanato representam a forma do homem se relacionar em sociedade. É essa identidade que possibilita cada grupo social reconhecer-se simultaneamente semelhante e diferente de outro grupo, ao revelar as ações do homem para viver em sociedade no correr da história. (Maia, 2003: 39).*

Tal concepção de cultura coaduna-se densamente com a nossa compreensão de modo de vida.

Rompendo com uma leitura estática de cultura, em que as sociedades tradicionais teriam que ser lidas como imutáveis, acreditamos na dinamicidade do modo de vida, incorporando novos elementos e reelaborando o que marcava, no passado, o grupo social.

No entanto, defendemos que qualquer mudança deva ser operada no bojo da sociedade tradicional, a qual deve ter a potência de pensar e projetar o seu futuro, estando, por menor que seja o seu poder, nas mãos dos seus moradores, a direção das transformações, pois mais que reconheçamos que há muito de utópico em nossa defesa, tendo em vista o poder que exerce a sociedade urbano-industrial, com a difusão avassaladora do mercado de consumo de bens não-duráveis, o que altera de forma contundente os desejos e os padrões de consumo dos moradores dos territórios tradicionais.

De qualquer modo, é necessário que as sociedades tradicionais se armem da memória como instrumento fundamental de delineamento das possibilidades de caminhos a serem seguidos, conforme nos indica Felícia Assmar Maia (2003: 39):

*Preservar é a palavra-chave quando se pensa em memória, e remete à idéia de proteção, cuidado, respeito. Preservar não é apenas guardar algo, mas também fazer levantamentos, cadastramentos, inventários, registros, etc.*

*A preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária pois esse patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que exerce papel funda-*

*mental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da intercomunicabilidade da história.*

Assim, território, modo de vida e patrimônio cultural são imbricados vértices que articulam a própria identidade das sociedades tradicionais brasileiras, para as quais a memória social é mediação fundamental de luta contra a expropriação e a violência.

## REFERÊNCIAS

- DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (2001) Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 176 p.
- DIEGUES, A. C. S. (2008) O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 198 p.
- LEFEBVRE, H. (1986) La Production de l'Espace. Paris: Anthropos, 1986. 485 p.
- MAIA, F. A. (2003) Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. *Movendo Idéias*, v. 8, n. 13, p. 39-42.
- MARQUES, M. I. M. (1994). Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira - PB. 158 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MEDINA PÉREZ; N. J.; SANTAMARINA GUERRA; J. N.; SALINAS CHÁVEZ, E. (2010) *Productos Turísticos: desarrollo y comercialización*. Havana: Balcón.
- SAQUET, M. A. (2011) *Por uma Geografia das Territorialidades e das temporalidades*:

uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 132 p.

SUZUKI, J. C. (1996). De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 237 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUZUKI, J. C. (1997) Na busca dos momentos, a descoberta da transição: o estudo da urbanização de Rondonópolis-MT. GEOUSP, n. 1, 65-71.